



CULTURA TRADICIONAL DA INFÂNCIA ENQUANTO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL E AS INICIATIVAS DE PRESERVAÇÃO E CULTIVO DO SEU REPERTÓRIO NO BRASIL, EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

TRADITIONAL CHILDHOOD CULTURE AS MATERIAL AND IMMATERIAL HERITAGE, PRESERVATION INITIATIVES OF ITS REPERTOIRE IN BRAZIL IN GLOBALIZATION

SILVA, Lucilene

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Instituto de Artes, Música.
contato.lucilenesilva@gmail.com

RESUMO

Diante do significado e importância da cultura infantil e música tradicional da infância, da sua relação com cultura, da riqueza e diversidade do seu repertório e da sua função social, este trabalho a apresenta como patrimônio material e imaterial e relaciona o crescente número de iniciativas de proteção ao seu repertório realizadas no Brasil nas últimas duas décadas com a supervalorização do patrimônio como um fenômeno global. Será pautado nas definições de patrimônio material e imaterial defendidas pela UNESCO, nas reflexões de Rodney Harrison sobre o patrimônio enquanto fenômeno global, em pesquisas de campo e bibliográficas realizadas entre 1998 e 2019 e nas publicações e plataformas implementadas pelo Ministério da Cultura brasileiro com o objetivo de mapear, salvaguardar bem como a plataforma do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, órgão responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

Palavras-chave: Cultura infantil. Música tradicional da infância. Patrimônio Material. Patrimônio Imaterial. Globalização.

ABSTRACT:

Childhood music, games and toys have always had a profound meaning and importance in Brazilian culture, due to its rich and diverse repertoire, and its social function. This work presents Brazilian traditional children's music and games as material and immaterial heritage and relates the growing number of protective initiatives of this traditional repertoire carried out in Brazil in the last two decades. Robert Harrison defends that the phenomenon of globalization has caused a general increase in the concern with the loss of local traditions, and a thus a need for recognition and overvaluation of this heritage as a global phenomenon. This article is based on the definitions of material and intangible heritage defended by UNESCO, the reflections of Rodney Harrison regarding the protection of local cultural traditions as a global phenomenon, as well as the field and in publications and platforms implemented by the Brazilian Ministry of Culture, and the National Historical and Artistic Heritage Institute - Iphan, the body responsible for safeguarding the Brazilian cultural heritage.

Keywords: Children's culture. Traditional childhood music. Material Heritage. Intangible Heritage. Globalization.

INTRODUÇÃO

Globalização e transnacionalismo são responsáveis por novas preocupações com a diversificação e disseminação global do patrimônio no final do século XX e início do século XXI, período, segundo Rodney Harrison (2013) cercado pelo sentimento de incerteza, vulnerabilidade ou "risco" com relação ao meio ambiente, ao patrimônio material e a aspectos intangíveis do patrimônio e da tradição. O medo da perda e do desaparecimento de elementos identitários e históricos, a rejeição à hegemonia e a preocupação com o futuro têm gerado um número cada vez mais crescente de catalogações, estudos e ações de preservação de patrimônios materiais e imateriais, além da organização de pessoas, grupos e instituições em favor desta causa. A UNESCO, agência especializada da ONU, tem um papel fundamental neste processo e desde 1954 vem desenvolvendo textos, tratados internacionais, recomendações e convenções que visam a sua proteção.

A palavra "risco" traduz "uma tentativa obsessiva da modernidade de transcender o presente, fixada no passado, assombrado pela ideia de declínio e decadência" (Harrison, 2013, p. 26). Dentro deste contexto a criança e a infância foram também incluídas na categoria de riscos e têm sido crescentes as preocupações relacionadas à preservação, disseminação e prática do repertório da cultura infantil e música tradicional da infância, à garantia do direito de brincar, à garantia de espaços, principalmente em ambientes de natureza, para o exercício deste direito e à relação das famílias com estas práticas.

A ONU, considerando que a sobrevivência, proteção e desenvolvimento das crianças são imperativos universais para o desenvolvimento, indispensáveis ao progresso humano, através do Fundo das Nações Unidas para a Infância, United Nations Childre's Fund – UNICEF, criado em 1946 e presente em 190 países e territórios, vem realizando ações com o objetivo de promover a defesa dos direitos da criança, ajudar a dar resposta às suas necessidades e contribuir para o seu desenvolvimento através de projetos de proteção, sobrevivência e inclusão infantil, gênero, pesquisa e análise, abastecimento, logística e educação (UNICEF, 2019). Nos materiais produzidos ao longo dos anos de atividade da UNICEF, o direito de brincar aparece implícito em muitas campanhas, textos e matérias publicitárias produzidas pela mesma.

O Brasil, assim como o resto do mundo, vive um momento de questionamentos e mobilizações acerca dos cuidados com o planeta, com o meio ambiente, com o patrimônio material e imaterial e conseqüentemente com as pessoas, produtoras e guardiãs desses patrimônios. Possuidor de um grande e diversificado número de patrimônios tangíveis e intangíveis, a partir de 2003, assistimos a muitas mobilizações e ações em favor do registro, catalogação, cultivo, manutenção e valorização deste patrimônio, o que deu visibilidade à cultura popular e à cultura da infância. Passados dezesseis anos de implementação destas ações, os resultados deste processo incluem a criação de um mercado consumidor desta ideia de cuidar da infância e conseqüentemente do seu patrimônio material e imaterial.

A partir da discussão entre o conceito de patrimônio, da patrimonialização enquanto fenômeno global e da inclusão da cultura infantil dentro deste contexto, neste trabalho abordaremos: a disseminação global do patrimônio no final do século XX e início do século XXI; a Cultura da Infância enquanto Patrimônio material e imaterial; o porquê de sua inclusão nas preocupações emergentes; as iniciativas de preservação e cultivo do seu repertório no Brasil em tempos de globalização; e os resultados destas iniciativas hoje.

Disseminação global do patrimônio nos séculos XX e XXI – Preocupações emergentes

Segundo Janet Blake (2000), o patrimônio cultural vem sendo abordado desde 1907 e a partir de 1954 os textos e tratados internacionais mediados pela United Nations Educational Scientific and Cultural Organization – UNESCO, refletiram as preocupações econômicas, políticas, intelectuais e ambientais da época em que foram desenvolvidas, colocando a preservação do patrimônio como uma responsabilidade de ordem mundial, de responsabilidade do Estado e um elemento na reconciliação de conflitos. Uma série de campanhas específicas de salvaguarda vêm ocorrendo nas últimas duas décadas, o que sinaliza o senso de urgência de se discutir e tomar medidas com relação ao tema (Harrison, 2013):

1948 – Foi criada a União Internacional de Proteção da Natureza (IUCN);

1954 – A Convenção da UNESCO expressou o poderoso desejo pós-Segunda Guerra Mundial de reduzir potenciais fontes de conflito internacional;

1964- Foi feita a primeira Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios durante o Segundo Congresso de Arquitetos e Especialistas de Edifícios Históricos de Veneza;

1965 - Foi criado pela UNESCO o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios para supervisionar a implementação da carta e foi realizada a “World Heritage Trust” para preservar áreas naturais e cênicas do mundo e sítios históricos;

1968 – A Recomendação da UNESCO sugeriu que a "propriedade cultural" tem um significado que se estende bem além dos objetos em si: "(...) o produto e testemunho das diferentes tradições e das realizações espirituais do passado e, portanto, é um elemento essencial na personalidade dos povos do mundo". Sugere também que "a propriedade cultural" é o produto e testemunho das diferentes tradições e das realizações espirituais do passado;

1970 – Ocorreu a Convenção da UNESCO relativa às medidas a adotar, proibir e Impedir a Importação, exportação e transferências ilícitas da propriedade de bens culturais;

1972 – Ocorreu a Convenção para a Proteção do Património Mundial, cultural e natural. Esta convenção fez uma conexão entre cultura e natureza, refletiu tanto a crescente preocupação em questões ambientalistas em sua integração do patrimônio cultural com o patrimônio natural quanto o conceito de "patrimônio comum da humanidade" que se desenvolvia naquele momento em relação aos recursos minerais do leito do mar;

1976 – Ocorreu a Recomendação da UNESCO sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea;

1979 – A Convenção enfatizou o caráter não renovável do patrimônio cultural, mantendo a preocupação com o meio ambiente emergente na década de 1970;

2001 – Ocorreu a Convenção para a proteção do património cultural subaquático;

2003 – Ocorreu a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore, considerando a importância do patrimônio cultural imaterial e da diversidade cultural para a garantia do desenvolvimento sustentável;

2005 – A Convenção trouxe para a pauta a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais;

2015 - Ocorre a Recomendação da UNESCO para a proteção e promoção dos museus e coleções(Harisson, 2013, p; 61, BLAKE, 2000, p. 61-69, UNESCO, 2019).

O Brasil segue a mesma tendência do mundo com relação às iniciativas em favor da preservação do patrimônio, e foi também afetado pelas convenções e recomendações da UNESCO. Cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. O Iphan possui 27 Superintendências, uma em cada Unidade Federativa; 28 Escritórios Técnicos, a maioria deles localizados em cidades que são conjuntos urbanos tombados ¹, as chamadas Cidades Históricas. Responde também à conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da Unesco, respectivamente, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003 (Iphan, 2019). A cronologia abaixo nos conta um pouco deste processo:

1937 - Foi criado o Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que corresponde a uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cidadania, responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

1988 - A Constituição Federal, através do Artigo 23º, Incisos III e IV determinou-se que “é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios

¹ O tombamento é um ato administrativo regulado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. É aplicado apenas aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva.

arqueológicos; impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural. ” A constituição de 1988 ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação como o Registro e o Inventário, além do Tombamento. Substituiu a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. (Constituição, 2016, Iphan, 2019)

1990 – O Instituto do Patrimônio Histórico – IPHAN criou o Livro de Registros que teve como objetivo inventariar os saberes, celebrações, formas de expressão e lugares.

1997 - Foi proposta a criação de um instrumento legal sobre a salvaguarda durante o Seminário Internacional Patrimônio Imaterial, que produziu a Carta de Fortaleza. Este documento recomendou ao Iphan a realização do inventário desses bens em âmbito nacional, a integração das informações produzidas ao Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIC) e a criação, pelo Ministério da Cultura (MinC), de um grupo de trabalho para desenvolver estudos e propor a edição de um instrumento legal dispendo sobre a criação do instituto jurídico denominado Registro.

2000 - Atendendo a essas recomendações, em 1998, foi criado o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI). O Grupo de trabalho Patrimônio Imaterial apresentou a proposta técnica do Decreto Nº 3.551, de 4 de agosto, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) - e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR), com o objetivo de viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural.

2004 – Foi implantado o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, o PNPI, inaugurando o fomento às experiências de inventário com o Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, executado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), incorporado ao Iphan em 2004. Foi também criado o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI).

2005 - A Emenda Constitucional Nº 48, incluiu na Constituição Federal o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do

país que previu: a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro, a produção, promoção e difusão de bens culturais, a formação de equipe qualificada para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões, a democratização do acesso aos bens de cultura, a valorização da diversidade étnica e regional;

2006 – Foi criado o Cadastro Nacional de Museus – CNM, que mapeou mais de 3.700 instituições museológicas no país;

2010 – Foi instituído Plano Nacional de Cultura – PNC 2010-2020, em conformidade com a Constituição Federal, o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), pelo Decreto nº. 7.387, de 9 de dezembro, utilizado para reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e o livro de registros do Patrimônio Cultural Imaterial pelo Decreto nº 3.551 de 4 de agosto, que contempla o registro dos saberes, das celebrações, das formas de expressão e lugares;

2011 – O Iphan estimulou e coordenou a elaboração do Planos de Ação para Cidades Históricas entre 2010 e 2011, assim como a criação da Associação Brasileira de Cidades Históricas (ABCH);

2012 – O Sistema Nacional de Cultura foi acrescido à Constituição Federal, cuja finalidade foi organizar a gestão pública de cultura em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, para o desenvolvimento de políticas públicas de cultura;

2018 – Com participação da sociedade civil, a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM) foi instituída pela Portaria Nº 375, de 19 de setembro de 2018 e consolidada pelo Iphan, como guia para ações e processos de identificação, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, licenciamento, fiscalização, monitoramento, conservação, interpretação, promoção, difusão e educação patrimonial relacionados à dimensão material do Patrimônio Cultural Brasileiro (Iphan, 2019; Cultura, 2019).

A criação do Iphan em 1937 fez parte do projeto de unidade nacional, um dos mecanismos adotados pelo Estado Novo, vigente entre 1937 e 1946, para a

reafirmação da nacionalidade e unificação do povo brasileiro, o que justifica o fato de termos tido neste período 31% dos bens tombados no Brasil até a atualidade. Nos anos que se seguiram este número continuou crescendo, chegando ao número de 1362 bens materiais tombados, além de 169 pedidos de tombamento em andamento e 136 indeferidos ou cancelados, o que totaliza a inscrição de 1667 bens tangíveis. (Iphan, 2019)

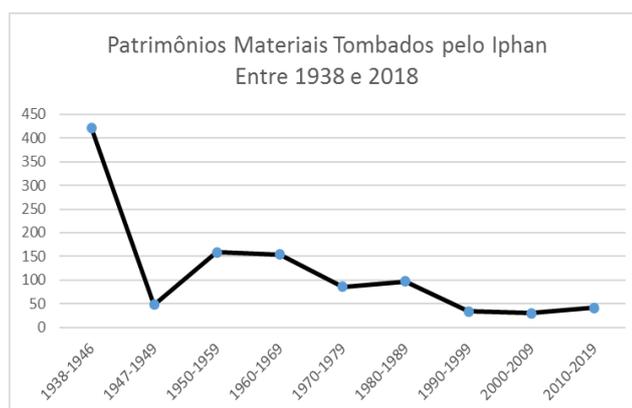


Figura 1. Patrimônios materiais tombados pelo Iphan entre 1938 e 2018. Gráfico elaborado a partir da lista de tombos e processos em andamentos disponibilizada pelo Iphan ²

Além do patrimônio material, entre 2003 e 2018 foram desenvolvidos projetos de identificação de bens culturais imateriais através dos quais foram levantados 133 patrimônios imateriais brasileiros de Norte a Sul do país. Deste total 35 foram reconhecidos pelo Iphan e 5 foram inclusos na lista da UNESCO: Círio de Nossa Senhora de Nazaré (2006), Samba de Roda do Recôncavo Baiano (2006), Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (2008), Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira (2014), Frevo (2016).

² Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BENS%20TOMBADOS%20E%20PROCESSOS%](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BENS%20TOMBADOS%20E%20PROCESSOS%20)



Fig. 2 – Identificação de Bens Culturais Imateriais no Brasil. Gráfico elaborado a partir de informações disponíveis no Portal do Iphan³

Dezenove bens compõem a lista indicativa do Patrimônio Mundial, dos quais catorze foram selecionados pela UNESCO.

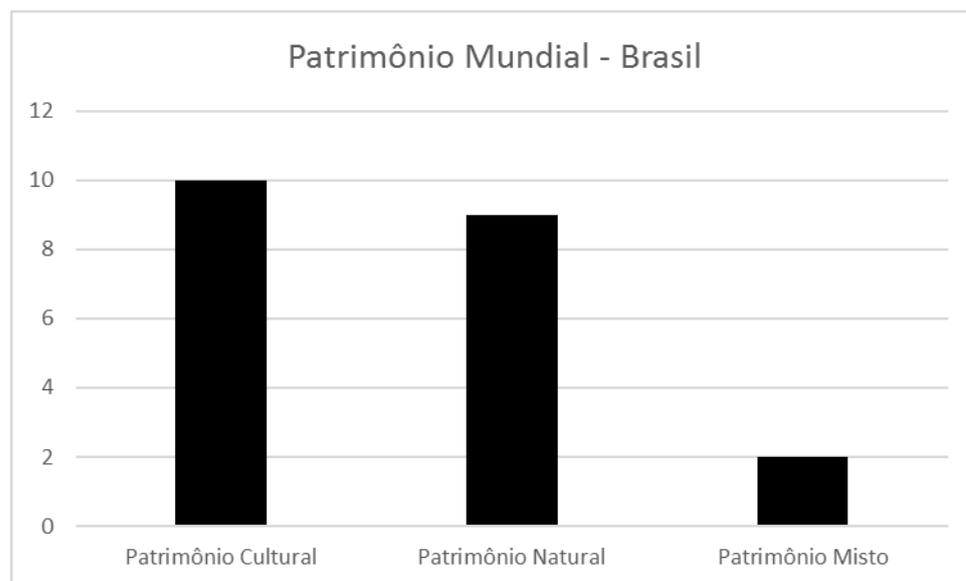


Fig. 3 – Patrimônio natural, cultural e Misto indicados à lista de Patrimônio Mundial da UNESCO. Gráfico elaborado a partir de informações do Iphan⁴

³ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/681/>

⁴ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>.

Todas estas iniciativas e números representam um grande empenho em favor da valorização do patrimônio material e imaterial brasileiro, o que confirma o fenômeno de valorização global do patrimônio no final do século XX e início do Século XXI defendido por Harrison (2013) e outros autores. Eles apresentam a relação deste com uma série de fenômenos que marcam o fim do século XX chamado pós-modernidade, onde o acelerado processo de mudanças e a aceleração do tempo tornaram-se tônicas. Entre estes fenômenos podemos citar: “o crescimento de novas tecnologias comunicativas e mídia eletrônica, a globalização da tecnologia e sua associação com padrões alterados de produção e consumo, a experiência generalizada de migração em massa e a ascensão associada de fluxos transnacionais”(Harrison, 2013, p. 76). Isto é, a aceleração do tempo atrelada ao acúmulo e rapidez das novas descobertas tecnológicas e às formas mais flexíveis de acumulação e distribuição de capital, geram mudanças no comportamento social, aproximam o mundo virtualmente, facilitam e geram a migração e circulação das pessoas ao redor do planeta e mediam as manifestações artísticas e culturais das identidades híbridas, criando um distanciamento do passado e uma necessidade de compreender o presente(Harrison, 2013, p. 77-78, Augé, 1995, apud Harrison, 2013).

Tais fatores geram a sensação de risco e vulnerabilidade que mobilizam o mundo a olhar para patrimônio de outra forma. Este acúmulo de conhecimentos gerados pelas iniciativas e instrumentos utilizados pela UNESCO para discutir e gerir aspectos políticos, sociais, intelectuais e ambientais do patrimônio, ampliou o seu conceito, passando de uma definição restrita de elementos físicos selecionados de "alta cultura" para artefatos culturais muitas vezes mundanos que expressam a sociedade de forma mais geral, e até mesmo a elementos não materiais da cultura (Blake, 2000, p.64-72), o que foi referido por alguns autores como uma ampla “virada material”. (Hicks 2010; Joyce e Bennett 2010; Olsen 2010; Tilley et al. 2006, apud Harrison, 2013, p. 36). Esta “virada material” tem relação com um novo conceito de propriedade construído a partir de mudanças históricas que conduziram a outras relações entre o homem e as coisas materiais. Ambos passam a ser vistos “trabalhando juntos para recriar o passado no presente através de redes cotidianas de associação”(Harrison, 2013, p.37).

A Cultura da Infância enquanto Patrimônio material e imaterial e o porquê de sua inclusão nas preocupações emergentes em tempos de globalização

A cultura da infância é composta por um diversificado repertório de brincadeiras, músicas, jogos, histórias, parlendas e objetos-brinquedo transmitido de uma geração a outra. Ao mesmo tempo em que traz este caráter tradicional de transmissão oral, traz aspectos da contemporaneidade na medida em renova-se constantemente mantendo características que possibilitam o encontro entre passado e o presente. Contempla a diversidade cultural de cada localidade, somada à criatividade e inventividade características das crianças, que recriam o repertório adaptando-o às suas realidades, desejos e necessidades. Uma de suas características é a crescente organização de seus grupos populares, que preservam alguns elementos tradicionais “porque são parcialmente apropriados às suas necessidades ou são particularmente satisfatórios esteticamente. Outros, no entanto, não atendem a essas necessidades, ou são alterados por causa de percepções infantis, fantasias, ambivalências, rebeldias, incompreensão ou criatividade”(Sutton-Smith, 1999, p. 18).

A partir do desejo de preservar os costumes da infância, que pareciam estar desaparecendo, entre o final do século XIX e início do século XX, as pesquisas relacionadas à cultura da infância tratavam os jogos como “reliquias antigas”, ou vestígios arqueológicos, que necessitavam ser preservados. Assim muitos antropólogos e outros pesquisadores direcionaram suas pesquisas para os jogos do passado de uma sociedade, o que os levou a usar os adultos como informantes (Schwartzman, 1982, p. 92). Alguns autores estabeleceram relações entre os jogos e reminiscências da cultura dos adultos e representações de diferentes aspectos das sociedades nas quais se desenvolveram ou se integraram. Segundo Orestes Plath (1998) muitos brinquedos e brincadeiras são reminiscências de antigos rituais mágicos e religiosos: as bonecas, no antigo Egito, Roma e Grécia, representaram figuras das divindades. Seu tamanho reduzido permitia transportá-las facilmente cada vez que o clã mudava de habitação. Também foram utilizadas como talismãs e símbolos, atribuindo-se a elas poderes, em especial da fertilidade. O balanço está relacionado a ritos religiosos, era uma cerimônia através da qual se libertavam as almas do purgatório. Como uma cerimônia de colheita, gregos e romanos acreditavam que quanto mais alto subisse o balanço, mais alto cresceria o arroz. A

amarelinha, para alguns estudiosos, representa o progresso da alma desde a terra até o céu, já que o nome dado à última casa, “céu”, se refere ao paraíso. Outros consideram que sua origem está nas antigas práticas astrológicas: as doze casas correspondem aos doze signos do zodíaco e a pedra representa o sol. Um dos desenhos mais antigos que se conhece está gravado no chão do Fórum de Roma. O pião, a princípio, fez parte de um instrumento que se utilizava para obter fogo mediante a fricção de um eixo vertical, com uma madeira horizontal. O pião pequeno, acionado através da fricção dos dedos, denominado “piorra” no Brasil, era utilizado pelos magos para girar sobre os oráculos. As cinco pedrinhas, jogadas na Grécia antiga e Roma com ossos retirados das patas dos animais, astrágalos de carneiro, vêm de práticas divinatórias, como instrumentos de consulta aos deuses pelos sacerdotes. Nesses rituais, os astrágalos eram lançados ao acaso e, de acordo com a posição em que caíam, respondiam às perguntas feitas(Plath, 1998) ⁵.

Esta tendência de pesquisa da cultura infantil como “reliquia do passado” vem se modificando a partir de 1950 e as definições passaram muito mais a se relacionar com o seu caráter funcional, estético e sua relação com aspectos sociais a partir de pesquisas de campo realizadas diretamente com grupos infantis. O trabalho dos ingleses Peter e Iona Opie, correspondem a um marco na mudança da abordagem de coletar, interpretar e publicar a cultura infantil com a coleta de materiais tradicionais diretamente das crianças sem o filtro da memória adulta (Sutton-Smith, 1999, p. 14)

Jonh Blacking a partir de uma pesquisa realizada entre 1950 e 1960 apresentou no livro *Venda Children's Songs* um minucioso registro documental de canções da tradição da infância dos Venda e teceu um paralelo entre as características musicais deste repertório com aspectos sociais, culturais e musicais da localidade. Explorou o contexto no qual as músicas infantis foram criadas, a origem da história musical das canções, o que inclui fontes não musicais. Isto o permitiu melhor compreender as peculiaridades do repertório e afirmar sua relação com a cultura e música dos adultos (Blacking, 1995).

⁵ Citado na dissertação de mestrado da autora (Silva, 2016, p. 25)

O termo Cultura infantil foi inaugurado no Brasil por Florestan Fernandes no livro *As Trocinhas do Bom Retiro*, onde realizou um estudo sociológico dos grupos infantis do bairro do Bom Retiro- SP. É definido por ele como:

(...) uma cultura constituída de elementos culturais quase exclusivos dos imaturos e característicos por sua natureza lúdica atual. Esses elementos são folclóricos e passaram aos grupos infantis muito remotamente. Há uma cultura infantil, cujo suporte social consiste nos grupos infantis, em que as crianças adquirem, em interação, os diversos elementos do folclore infantil (FERNANDES, 1947, p. 35).

Adotado pela pesquisadora Lydia Hortélio, que desde a década 1960 realiza uma consistente pesquisa sobre o tema, o termo foi definido como:

As descobertas e o aprendizado que fazem os meninos do mundo entre eles, desde sempre, constituem o que podemos chamar a Cultura da Criança, ou seja, o acervo das experiências em plenitude e liberdade do Ser- Humano-Ainda-Novo. Este acervo forma um corpo de conhecimento – um conhecimento com o corpo que transmigra de geração em geração para além das fronteiras e das idades e chega até nós, tão simplesmente, através dos Brinquedos de Criança (Hortélio, 2002, p. 1)

De acordo com a classificação proposta pela pesquisadora Lydia Hortélio, o repertório é subdividido em três grandes grupos: brincadeiras cantadas, brincadeiras ritmadas e brincadeiras silentes. As brincadeiras cantadas são compostas por melodias que variam de uma única nota a escalas completas e apresentam as características musicais de cada localidade. As brincadeiras ritmadas não apresentam melodia e têm como elemento principal a palavra recitada. As brincadeiras silentes são feitas em silêncio e contemplam principalmente os jogos de competição. Estes três grandes grupos são subdividido em outros grupos menores, que classificam o repertório de acordo com a função, movimentação, formas de ocupação do espaço, ou objetos utilizados: acalantos, brincos, brincadeiras de roda, corda, bola, elástico, barbante, amarelinha, esconde-esconde, pega-pega, adivinhas, trava línguas, histórias, parlendas, fórmulas de escolha, jogos de tabuleiro, jogos gráficos, jogos com pedras, além de outras brincadeiras com movimentações específicas. Entre os objetos-brinquedo podemos citar: balanço, bambolê, bilboquê, boneca, brinquedos de puxar e empurrar, carrinho, cata-vento, corrupio, ioiô, marionetes, pião, pipa, panelinhas, entre outros. Este repertório é carregado de características culturais e transculturais de cada localidade e muitas vezes. Faz menção à história, ao cotidiano, ao vocabulário, à música, às pessoas, aos costumes, e aos gestos moldados na linguagem de movimento de cada brincadeira.

Segundo a recomendação da Unesco de 1978, “bens culturais móveis” significam todos os objetos móveis que são a expressão e o testemunho da criação humana ou da evolução da natureza e que são de valor e interesse arqueológico, histórico, artístico, científico ou técnico”. A convenção de 2003 definiu “patrimônio imaterial” como:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos, habilidades - bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais associados - que comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte de sua herança cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração para geração, é constantemente recriado por comunidades e grupos em resposta ao seu meio ambiente, sua interação com a natureza e sua história, proporcionando-lhes um senso de identidade e continuidade, promovendo o respeito à diversidade cultural e criatividade humana. (UNESCO, 2019)

Como patrimônio material da infância podemos classificar os objetos-brinquedos com suas características artísticas, processos de construção, mestre e saberes que giram em torno da produção, as publicações, muitas delas raras, os registros audiovisuais de pesquisas etnográficas, entre outros. Dentre os itens inclusos na lista do Patrimônio Material da Recomendação de 1978 da UNESCO, os itens a seguir podem se relacionar à cultura da infância, diante do que já foi produzido e continua sendo produzido na atualidade: material de interesse antropológico e etnológico; itens relacionados à história, incluindo a história da ciência e tecnologia e história militar e social, à vida dos povos e líderes nacionais, pensadores, cientistas e artistas e a eventos de importância nacional; itens de interesse artístico, tais como: pinturas e desenhos, produzidos inteiramente à mão sobre qualquer suporte e em qualquer material; obras de arte estatúária e escultura em qualquer material; trabalhos de arte aplicada em materiais como vidro, cerâmica, metal, madeira, etc.; manuscritos e incunábulo, códices, livros, documentos ou publicações de especial interesse; arquivos, incluindo registros textuais, mapas e outros materiais cartográficos, fotografias, filmes cinematográficos, gravações sonoras e registros legíveis por máquina (UNESCO, 2019).

Entre os vários itens classificados pela Convenção da UNESCO de 2003 como Patrimônio Imaterial, as tradições e expressões orais e o artesanato contemplam o vastíssimo repertório musical da infância que nasce a partir do encontro entre música, poesia, palavra e movimento, e contempla também os brinquedos, que são construídos por artesão e cabem na categoria de artesanato.

Para ilustrar esta relação dos brinquedos e brincadeiras com a tradição popular e conseqüentemente com o patrimônio, citamos como exemplo a corrida de barquinhos da Vila de Conceição, vila de pescadores localizada na Ilha de Itaparica, Bahia, registrada nos últimos catorze anos pela pesquisadora e etnomusicóloga Lydia Hortélio. Corresponde a uma corrida de miniaturas de barcos que acontece anualmente na vila. Nela as crianças reproduzem a corrida tradicionalmente feita pelos pais há algumas décadas. O processo de construção dos barcos e em seguida a participação na corrida é feita pelas crianças junto com os pais, que brincando lhes transmitem os saberes da construção naval e navegação. A corrida tem quatro grupos de participantes, divididos de acordo com a idade e os três primeiros colocados de cada grupo recebem uma medalha. As mães e mulheres também participam, produzindo a comida e a festa que acontece na entrega dos prêmios. A comunidade inteira participa e se envolve, promovendo um grande encontro entre bisavôs, avôs e pais, que um dia já participaram da corrida e hoje transmitem para os mais jovens.



Figuras 4 e 5 – Corrida de Barquinhos- Vila de Conceição, Ilha de Itaparica – BA, abril de 2017
Fonte: Acervo Lydia Hortélio, Fotos: Lucilene Silva

Um segundo exemplo refere-se à música tradicional da infância cujo repertório tem absoluta relação com a cultura de cada localidade: o cancionero popular, religioso, de trabalho, as músicas das festas e folguedos. A canção de ninar *Nanás meu menino* foi registrada em 2005 em Pântano do Sul, Florianópolis – SC, ilha no Sul do Brasil que em 1739 recebeu um contingente de portugueses dos Açores, que vinham como parte de uma política de ocupação do Sul do Brasil. Uma versão desta mesma música, com variações na melodia e ritmo e semelhanças no texto,

nos foi informada em 2011 como uma marcha de presépio, cantada nas festas do Solstício de Verão no município de Gameleira – PE. Outra versão foi recolhida em 1960, por Michel Giacometti, como uma canção de Natal de Bragança, Portugal, o que sinaliza a sua origem portuguesa.

Nanás, meu menino

Procedência: Pântano do Sul, Florianópolis-SC
 Informante: Ema Jocelina Martins, 1939
 Local e data do registro: Pântano do Sul, Florianópolis-SC
 Pesquisa e transcrição: Lucilene Silva

♩ = 58

1. Na - nós, meu me - ni - no,
 Na - nós_ meu a - mor,
 A fa - ca que cor - ta
 Dá gol - pe sem dor.

2. Menino que chora
 Não dorme na cama,
 Dorme lá no céu
 Com a Senhora Santana.

3. Encontrei Nossa Senhora
 Na beira do Rio,
 Lavando os paninhos
 Do seu bento filho.

4. Maria lavava
 São José estendia,
 E o menino chorava
 Do frio que fazia.

5. Senhora Santana
 E Senhor São José,
 Fugiram com o menino
 Lá pra Nazaré.

Fig. 6 – “Nanás, meu menino”, acalanto, Pântano do Sul, Florianópolis-SC, 2005.
 Fonte: Acervo Lucilene Silva

Uma lavadeira

Procedência: Gameleira-PE
 Informante: Imerson Bernardo da Silva, 1993
 Local e data do registro: Carapicuíba-SP, 2011
 Pesquisa e transcrição: Lucilene Silva

♩ = 100

U - ma la - va - dei - ra,
 Du - as bei - ja flor,
 La - va - va rou - pa
 De nos - so se - nhor.
 Quan - to mais la - va - va,
 San - gue es - cor - ri - a.
 Ma - ri - a cho - ra - va
 E de - pois sor - ri - a.

Fig. 7 – “Uma lavadeira”, canção de Natal, Gameleira – PE, 2011.
 Fonte: Acervo Lucilene Silva

OH BENTO AIROSO**

Natal

M. Giacometti
Paradela Miranda do Douro, Bragança
1960
F. Lopes-Graça

The musical score is written on a single treble clef staff with a key signature of one sharp (F#) and a 5/8 time signature. The tempo is marked as quarter note = 176. The lyrics are written below the notes. The score is divided into two sections, labeled 2 and 3. Section 2 contains the lyrics: 'la - van - do os cu - ei - ros do ben - di - to'. Section 3 contains the lyrics: 'Fi - lho. (e)'. Below the score, there are two columns of text. The first column, under section 2, reads: 'Maria lavava, São José estendia, o Menino chorava co frio que fazia.' The second column, under section 3, reads: 'Calai, meu Menino, calai, meu amor, (e) que as vossas verdades me matam com dor.'

Oh ben - to ai - ro - so, mis - té - rio di - vi - no, en -
- con - trei a Ma - ri - a à bei - ra do ri - o, (e)
la - van - do os cu - ei - ros do ben - di - to Fi - lho.

2 3

Maria lavava,
São José estendia,
o Menino chorava
co frio que fazia.

Calai, meu Menino,
calai, meu amor,
(e) que as vossas verdades
me matam com dor.

Fig. 8 – “Oh Bento airoso”, canção de Natal, Bragança-Portugal, 1960.
Fonte: GIACOMETTI, 1981, p. 43.

A cultura da infância, da mesma forma que a cultura de maneira geral, transforma-se adaptando, resistindo ou acomodando-se às mudanças sociais, políticas e econômicas. Domínio cultural, intercâmbio cultural, interculturalismo e transculturalismo, ampliados pelas novas tecnologias são responsáveis por grandes mudanças que atingem também a infância e o seu repertório.

Nas últimas décadas a presença cada vez maior das crianças em quartos privados, ou em frente à televisão, tablets, equipamentos eletrônicos tem sinalizado um “notável aumento nas brincadeiras de zombaria, imitação, dança e palmas nos anos pós-televisão; a ênfase em rimas, enigmas, humor, contos e truques verbais; a diminuição no repertório de brincadeiras corporais; a vulgaridade e sexualidade mais explícitas e solitarização de crianças em suas brincadeiras (Sutton-Smith, 1999, p. 294) Um exemplo disto é a parlenda “Uma velha muito velha” pertencente a uma brincadeira de corda registrada em 2008 no município de Carapicuíba, Grande São

Paulo. Parte do texto de zombaria é acomodado na estrutura de quadra, com versos de sete sílabas, poesia maior da tradição oral brasileira, de influência portuguesa.

Uma velha, muito velha

Procedência: Carapicuíba-SP
 Informante: Mayara da Silva, 1994
 Local e data do registro: Carapicuíba-SP, 2004
 Pesquisa e transcrição: Lucilene Silva

$\text{♩} = 145$

Vozes
 U - ma ve - lha, mui - to ve - lha,
 Foi fa - zer o - pe - ra - ção.
 Sa - bão, sa - bo - ne - te,
 Cal - ci - nha, al - fi - ne - te.
 Den - tro da bar - ri - ga de - la
 Vo - cê gos - ta de brin - car? Gos - to.
 Ti - nh - um pe - neu de ca - mi - nhão.
 Se vo - cê ca - ir não cho - ra não? Não.

Mãos

Fig. 9 – “Uma velha muito velha”, brincadeira de corda, Carapicuíba – SP, 2008
 Fonte: Acervo Lucilene Silva

A partir do que Jung chama de “intercâmbio cotidiano”, através das brincadeiras, as crianças reproduzem aspectos da sociedade e do mundo adulto e são também criadoras da sua própria cultura que é transmitida entre elas e se transforma ao longo dos tempos como qualquer fenômeno cultural, movida inclusive pela capacidade imaginativa e criativa da criança, constituindo assim num acervo, que

como muitas outras manifestações culturais, representam aspectos culturais da sociedade.

Iniciativas de preservação e cultivo da cultura tradicional da infância no Brasil em tempos de globalização

Segundo Rodney Harrison (2013), entre o final do século XX e o início do século XXI, a humanidade tem vivido uma supervalorização do patrimônio, o que se relaciona com o fenômeno da globalização e do transnacionalismo. “Vivemos uma obsessão moderna com a vulnerabilidade, olhando para o passado como um recurso ameaçado e precário”. O “culto da memória” tem relação com a globalização da tecnologia, as migrações em massa, as novas formas de capitalismo e a aceleração dos tempos. (Harrison, 2013, p. 4-10).

Depois de séculos de extrativismo e de exploração em nome do capital, a realidade em que o planeta se encontra tem mobilizado o repensar a forma de habitá-lo. Questões climáticas e ambientais, crises econômicas, sociais e políticas e perda de identidade, conduzem a ações de preservação do pouco que ainda resta. A evolução das discussões em torno do tema nas convenções e recomendações da UNESCO nas últimas décadas tem mobilizado a salvaguarda de patrimônios em todo o mundo através das listas, que apesar de todos os questionamentos quanto à forma de seleção, têm muito valor e importância.

Também ligado à ONU, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF é uma agência criada em 1946, depois da Segunda Guerra Mundial, com a finalidade de ajudar crianças da Europa, do Oriente Médio e da China que ficaram desamparadas. É regida pelos Direitos da Criança e trabalha para que esses direitos se convertam em princípios éticos permanentes e em códigos de conduta internacionais para as crianças. O artigo 31º da Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas apresenta o brincar como um direito:

Os Estados Partes reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística.

Os Estados Partes devem respeitar e promover o direito da criança de participar plenamente da vida cultural e artística e devem estimular a oferta

de oportunidades adequadas de atividades culturais, artísticas, recreativa e de lazer, em condições de igualdade. (UNICEF, 2019)

Sua sede está localizada em Nova Iorque, nos Estados Unidos e é a única organização mundial que se dedica especificamente às crianças. Trabalha diretamente com os governos dos países para criar programas de desenvolvimento nos setores da saúde, educação, nutrição, água e saneamento e também para defender e proteger as crianças vítimas de violência (UNICEF, 2019). No Brasil, a UNICEF está em atividade em todo o território nacional, no entanto tem como prioridade as regiões Norte e Nordeste, onde os índices sociais são mais baixos. Apoia projetos de várias instituições. Nas suas diversas campanhas e publicações ao longo de sua existência, o direito de brincar é um dos temas constantes, conforme imagens a seguir:

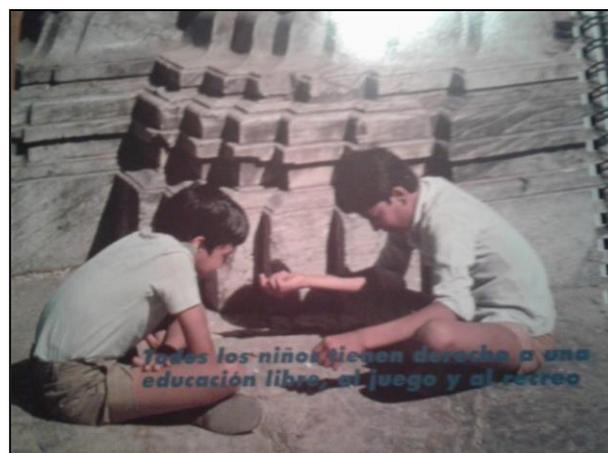
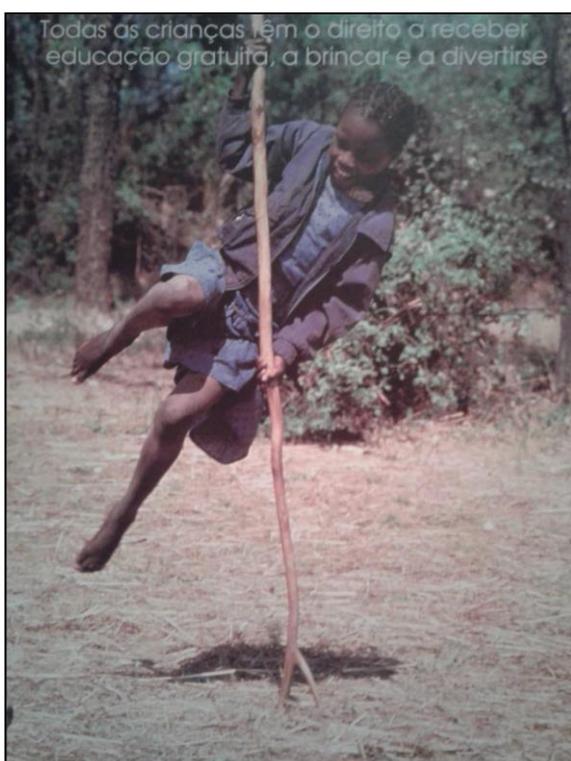


Fig. 10 e 11 – Agenda UNICEF 2000

Fonte: Acervo Lydia Hortélio

Uma segunda ação internacional em favor da infância e do direito de brincar é o “World Play Day”, instituído em 1999 na 8ª Conferência da International Toy Library Association – ITLA, em Tóquio. A ITLA é uma organização internacional sem fins

lucrativos, cujos membros são associações de Ludotecas de todo o mundo e organizações ou indivíduos que apoiam os objetivos relacionados ao direito de brincar. Foi criado com o objetivo de:

Disseminar o conceito de Ludotecas como um meio para trazer o brincar e os brinquedos para junto das pessoas; servir como um elo de ligação entre as organizações nacionais de ludotecas, oferecendo uma oportunidade de intercâmbio internacional de ideias e materiais; manter uma ligação com outras organizações e associações relacionadas com o desenvolvimento e as questões sociais, saúde, educação e lazer; promover o desenvolvimento, produção e criação de brinquedos e jogos que promovem o crescimento físico, psicológico, emocional, social e cultural, e divulgar informações sobre esses brinquedos e organizar eventos e conferências internacionais periódicas dedicadas a discutir vários aspectos do brincar, dos brinquedos e interações lúdicas. (ITLA, 2019)

O “Dia Mundial do Brincar” é celebrado em 40 países e a cada ano aborda uma temática diferente e mobiliza milhares de pessoas e instituições em favor da causa.

- 2015 – Brincar é divertido
- 2016 – Brincar para todas as idades
- 2017 – Brincar sustentável
- 2018 – Brincar livre
- 2019 – Brincar é um direito

No Brasil o “Dia Mundial do Brincar” foi ampliado como “Semana Mundial do Brincar” e é organizado pela Aliança pela Infância, um movimento internacional por uma infância digna e saudável, que tem realizado anualmente mais de 600 ações em aproximadamente 200 cidades espalhadas por 21 estados brasileiros (Aliança pela Infância, 2019)

Conforme afirma Kearney (2009), a partir de 2003, com a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore, assistimos à “desmaterialização do patrimônio”, com ênfase nos aspectos intangíveis, o que trouxe para a pauta as pessoas que o preservam, os direitos culturais, a identidade cultural e a ética, temas que disputam espaço com o capitalismo que enxerga o patrimônio como mais uma forma de exploração. Neste mesmo ano o Brasil elegeu como Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, que propôs a realização de uma gestão mais

democrática e com a participação popular. A partir deste modelo a cultura ganhou o lugar de destaque, com grande valorização da cultura popular e do patrimônio intangível. Nesta perspectiva o Ministério da Cultura passou a trabalhar a partir de três conceitos fundamentais:

A noção antropológica de cultura, que criou novas oportunidades para essas formas de expressão, até então invisíveis nas políticas públicas; a cultura como cidadania, o que justifica a prioridade dada às políticas afirmativas das minorias; a ideia de economia de cultura, que promove um campo emergente relacionado não apenas à afirmação de identidades culturais, mas também à possibilidade de geração de renda. (Santos, 2012, p.3)

Desde então muitas foram as ações que incluíram objetivaram fortalecer, registrar, mapear, dar visibilidade e compartilhar o patrimônio intangível, o que inclui a cultura tradicional da infância:

2004 – Sob o conceito de gestão compartilhada, o Ministério da Cultura lançou o primeiro edital dos Pontos de Cultura, direcionado à adequação física de equipamentos culturais, valorizando inclusive os projetos relacionados às culturas populares.

2005 - A Emenda Constitucional Nº 48, incluiu na Constituição Federal o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do país que previu: a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro, a produção, promoção e difusão de bens culturais, a formação de equipe qualificada para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões, a democratização do acesso aos bens de cultura, a valorização da diversidade étnica e regional.

2010 – Foi instituído Plano Nacional de Cultura – PNC 2010-2020, em conformidade com a Constituição Federal. O Plano Nacional de Cultura (PNC) é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias, ações e metas que orientam o poder público na formulação de políticas culturais. Seu objetivo é orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil.

2012 – O Sistema Nacional de Cultura – SNC foi acrescido à Constituição Federal. É uma estrutura que integra, articula e organiza a gestão cultural do Brasil. Seu objetivo é formular e implementar políticas culturais sustentáveis, garantindo a

participação da sociedade civil. Isto é, organizar a gestão pública de cultura em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, para o desenvolvimento de “políticas públicas de cultura;

2014 – Foi regulamentada a Lei nº 13.018, que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva (Plano Nacional de Cultura, 2019)

Além das ações implementadas pelo poder público assistimos a muitas iniciativas de instituições privadas como a realização de filmes, festivais de cinema, portais, encontros de formação (acadêmicos e não acadêmicos), projetos e prêmios. O resultado de tantas ações nacionais e internacionais em favor da criança, do direito de brincar e de valorização do patrimônio cultural da infância é uma maior conscientização do valor e importância desta prática e repertório, o que tem gerado mudanças no comportamento social e busca de alternativas para a garantia do direito de brincar em meio ao mundo globalizado, mediado pelos meios de comunicação de massa e dirigido pelos equipamentos eletrônicos. Instituições e famílias fazem parte deste novo momento que caminha para um certo modismo, porém um modismo que até o momento traz benefícios para todos os envolvidos.

Conclusão

A valorização do patrimônio intangível nas últimas décadas, o que inclui o patrimônio cultural da infância tem gerado alertas sobre o tema e sua relação com a qualidade de vida das crianças. Tais alertas têm mobilizado a ocupação de ruas, recuperação de praças e parques, reestruturação de espaços físicos de escolas públicas e privadas, inclusão do repertório de brinquedos e brincadeiras nas rotinas escolares, cursos de formação para educadores e pais, publicações, crescimento no número de pesquisas de campo e pesquisas acadêmicas, festivais de cinema, entre outros, o que comunga com o momento do mundo globalizado que tenta reverter o passado cuidando do presente.

Referências

BLACKING, John. **Venda Children's Songs**. Chicago: University of Chicago, 1995.

CONSTITUIÇÃO *da República*. In Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2019.

CRIDER, Sylvia Ann. **Quem são os folcloristas da infância?** In *Children's Folklore*, pp. 11-17. Colorado: University of Colorado and Utah State University.

FERNANDES, Florestan. **As trocinhas do Bom Retiro**. São Paulo: Revista do Arquivo Municipal, 1947.

GIACOMETTI, Michel; LOPES-GRAÇA, Fernando. **Cancioneiro popular português**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1981.

HARRISON, Rodney. **Heritage Critical Approaches**. Abington: Routledge, 2013.

HORTÉLIO, Lydia. **Criança, natureza, cultura infantil**. Jornal Tema Livre. Bahia, julho 2002, anoV, n.53, Instituto Anísio Teixeira, SECBA/Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Bahia.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

INFÂNCIA, Aliança pela. In Portal Aliança pela Infância. São Paulo: Aliança pela Infância, 2019. Disponível em < <http://aliancapelainfancia.org.br/>>. Acesso em 05/07/2019.

IPHAN, **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. In Portal Iphan. Brasília: Iphan, 2019.

ITLA, International Toy Library Association. In ITLA. Bélgica: ITLA, 2019. Disponível em < <http://itla-toylibraries.org/home/>>. Acesso em 02 de julho de 2019.

JUNG, Karl; KERÉNYI, Karl. **A criança divina, uma introdução à essência da mitologia**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

KEARNEY, Amanda. **Intangible Cultural Heritage: Global Awareness and Local Interest**", In Smith, Laurajane and Natsuko Akagawa (eds.), *Intangible Heritage*, 209-226. New York: Routledge, 2009.

LIVRO *de Registros*. In Portal Iphan. Brasília: IPHAN. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>>. Acesso em 26 de maio de 2019.

MUSEUS, *Cadastro Nacional de*. In Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em < <http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>>. Acesso em 24 de junho de 2019.

PLANO *Nacional de Cultura*. In Plano Nacional de Cultura. Brasília: Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura, 2019. Disponível em <http://pnc.cultura.gov.br/>>. Acesso em 30 de maio de 2019.

PLATH, Oreste. **Origen y folclor de los juegos em Chile**. Santiago de Chile: Grijalbo, 1998.

PROGRAMA, *do Patrimônio Cultural Imaterial*. In IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761/>. Acesso em 27 de maio de 2019.

SANTOS, Paula Assunção dos and Muller, Elaine. 2012. "When ICH takes Hold of the Local Reality in Brazil: Notes from the Brazilian State of Pernambuco," In Stefano, Michelle, Peter Davis and Gerard Corsane (eds.) *Safeguarding Intangible Cultural Heritage*, 213 – 222. Woodbridge: The Boydell Press.

SILVA, Lucilene. **Música tradicional da infância, características, diversidade e importância na educação musical.** Dissertação de Mestrado, 2016.

SISTEMA, *Nacional de Cultura*. In Portal do Sistema Nacional de Cultura. Brasília: SNC, 2019. Disponível em <http://portalsnc.cultura.gov.br/historico-2/>. Acesso em 30 de maio de 2019.

SUTTON-SMITH, Brian, and MCMAHON, Felicia R., 1999. **Children's Folklore.** Colorado: University of Colorado and Utah State.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura – o Brasil de baixo para cima.** São Paulo: Anita, 2010.

UNESCO. In United Nations Educational, Cientific and Cultural Organization. Paris: UNESCO, 2019. Disponível em <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco/historia>. Acesso em 22 de maio de 2019.

UNICEF **United Nations Childre's Fund.** In UNICEF for every Child. New York: ONU, 2019. Disponível em <https://www.unicef.org/>. Acesso em 22 de mai 2019.

UNICEF, Brasil. In UNICEF para cada criança. Brasília: UNICEF, 2019. Disponível em < <https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef>>. Acesso em 26 de junho de 2019.